

Apresentação

É com muita alegria que apresentamos ao público a coletânea “Políticas Sociais e Serviço Social: debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional” que reúne um conjunto de capítulos que resultam de pesquisas realizadas, entre os anos 2021 e 2023, por pesquisadoras/es discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

Os temas aqui abordados, refletem o denso debate que vem sendo realizado no interior desta Pós-Graduação e sinalizam a profundidade das pesquisas realizadas pelos estudantes de mestrado e doutorado em parceria com os/as professores/as orientadores/as. Estes escritos apontam para a diversidade de temas que são objeto de estudo e expressam os grandes dilemas contemporâneos.

Como ponto de partida, encontram-se textos que deslindam as profundas manifestações da crise do capital expressos na ofensiva ultraneoliberal e neoconservadora e suas particularidades no Brasil. Alguns destes textos, circunscritos aos governos de Temer e Bolsonaro, avançam a análise dos efeitos da crise sanitária provocada pela Pandemia de Covid-19, que aliada à política reacionária adotada pelo governo de extrema direita, traz dramáticas e violentas consequências para a classe trabalhadora aumentando o desemprego, a pobreza e a desigualdade social.

Neste cenário de crise sanitária e da ascensão do projeto da extrema direita, as reflexões realizadas nestes escritos, demonstram que ocorre um avanço de forma acelerada na privatização das políticas sociais e da expropriação do fundo público pelo capital. Como resposta às lutas sociais, o Estado, através de seu braço armado, ao mesmo tempo que vitimiza os próprios policiais, intensifica a violência contra a população pobre e negra e de outros segmentos sociais que assumem uma postura de resistência.

A coletânea também oferece reflexões atualizadas sobre as implicações desta conjuntura para as políticas sociais públicas cuja realidade de desfinanciamento e precarização, radicaliza as expressões da questão social e traz novas configurações para o mundo do trabalho e, portanto, novos desafios ao trabalho profissional da/do assistente social, cada vez mais precarizado e, em alguns casos, efetivado através da intensificação do uso de tecnologias, nas diversas políticas públicas. Esta realidade, longe de ser um fator de desmobilização da categoria profissional, tem se tornado o insumo para amplos debates e reflexões, os quais poderão impulsionar o avanço da visão crítica e alimentar a resistências, sobre o qual esta publicação pretende contribuir.

A coletânea inicia com o capítulo intitulado: *O neoconservadorismo e a “nova razão do mundo”*, de Bruna Maria de Sousa do Nascimento e Rita de Cássia Cavalcante Lima, o qual resulta da pesquisa de mestrado denominada *A nova razão do mundo, a tendência neoconservadora e as políticas sociais*. No texto que se apresenta, as autoras realizam uma aproximação aos fundamentos do liberalismo e do neoliberalismo reconhecendo os traços conservadores dessa racionalidade caracterizada como antidemocrática, gerencialista, e, entre outras determinações, valorizadora do tradicionalismo moral e da família heteropatriarcal. As autoras, entendem que, o liberalismo e o “novo liberalismo”, são processos dinâmicos do capital necessários para a compreensão da transformação neoliberal do Estado. Do mesmo

modo, esta produção teórica, particulariza a reflexão sobre a crise no Brasil, o crescimento do neoconservadorismo com destaque na análise dos governos Temer e Bolsonaro.

Ainda no debate sobre o crescimento do conservadorismo no Brasil, o segundo texto: *Assistência Religiosa prisional: uma política social em disputa*, Ellen Soares e Verônica Paulino da Cruz, examinam o direito à Assistência Religiosa prisional demonstrando que esta política pública do Sistema Penitenciário atende simultaneamente aos indivíduos encarcerados e às instituições religiosas em sua diversidade. Esta produção, debruça-se sobre as origens da prisão como instituição penal que emerge das demandas por ordem na sociedade capitalista, traçando um debate sobre a relação entre Modernidade, punição e religião, particularizando o debate sobre a trajetória da política criminal no Brasil. As autoras, demonstram a existência e consolidação de um projeto de poder estruturado sobre valores cristãos evangélicos, dos grupos neopentecostais e em especial na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como a principal igreja da vertente neopentecostal, que presta assistência religiosa nas penitenciárias de todo o país. Cabe observar que a pesquisa traz como recorte a realidade do estado do Rio de Janeiro, demonstrando que a IURD atua em todos os estabelecimentos prisionais, sendo a única instituição evangélica nessa condição. Finalizam destacando que o fenômeno neopentecostal tem abarcado, além das relações religiosas, as relações econômicas, culturais e políticas.

O terceiro capítulo intitulado: *Crônicas da guerra civil no Rio de Janeiro: o processo de vitimização policial militar*, de autoria de Adriano Teodoro e Janete Luzia Leite, tem como referência a tese de doutorado de Adriano Teodoro, intitulada: *Vitimização Policial: expressão do colapso da sociedade burguesa*, defendida em dezembro de 2023 no PPGSS/UFRJ. Esta pesquisa teve como objeto a vitimização de policiais militares do estado do Rio de Janeiro por ferimentos de armas de fogo e artefatos explosivos entre os anos de 2016 e 2022. Neste texto, o/a autor/a problematizam de forma bastante consistente a problemática da crise social e política de segurança no Estado e como ela se expressa na vida de um policial e na sua trajetória. Explicitam de forma clara os efeitos da violência na vida dos policiais militares e suas famílias. Concluem afirmando que há uma forte semelhança entre estes policiais com o universo que corresponde ao público-alvo: a juventude pobre, a principal vítima da criminalização, seletividade penal e encarceramento em massa.

Os resultados da pesquisa também apontam que, o colapso que se produz pelos intensos confrontos, destruição, e demonstrações de poder dos grupos armados, são fundamentais para acumular votos dos governantes que se utilizam da sensação de insegurança da população. Denominando-os de *jagunços*, àqueles que se mantêm no poder por meio do controle de regiões inteiras em um cenário eleitoral fragilizado, Teodoro e Leite, explicitam a forma como a democracia é regulada por esses governantes e através dos quais exercem uma diversidade de atividades, entre elas citam a formulação, execução e escolha dos gestores da política de segurança.

Adentrando na crítica sobre o projeto de desmonte do serviço público federal, o quarto capítulo, de autoria de Mariana Flores e Sara Granemann, intitulado *A reestruturação destrutiva das políticas sociais: desvalorização, precarização e expropriação de direitos*, apresenta reflexões atualizadas da análise construída para a tese *Parasitas da sociedade? Uma análise sobre a reestruturação destrutiva de parcela do 'serviço público' brasileiro* defendida no PPGSS/UFRJ. As autoras, balizadas pelo conjunto de referências teóricas da crítica marxista da economia política, demonstram que a reestruturação destrutiva caracteriza o perfil de atuação estatal

nas transformações instituídas nas políticas sociais de final da década de 1990 até o tempo presente. Particularizando o estudo sobre os(as) trabalhadores(as) do serviço público federal da Educação Superior, o debate está centrado no entendimento que a reestruturação destrutiva se materializa em restrições orçamentárias, precarização das condições de trabalho e expropriação de direitos, como também na desvalorização e depreciação da fração da classe trabalhadora atuante na política pública de Ensino Superior. Assim, nesta produção teórica, demonstra-se que essas determinações impactam diretamente na luta e na conscientização de classe, pois, para desmontar as políticas sociais, é imprescindível desvalorizar o próprio trabalho e pauperizar os espaços onde se realiza essa força de trabalho.

Considerando o projeto de desmonte da política de ensino superior abordado no texto anterior, ao considerar o processo de desfinanciamento das universidades públicas federais, o quinto capítulo: *Serviço social e Assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: reflexões sobre o debate*, escrito por Luiz Carlos de Souza Júnior e Fátima Grave Ortiz, objetiva refletir sobre as concepções elaboradas no âmbito do Serviço Social acerca da assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. Com esse intuito, o recorte histórico de análise é a primeira década de implementação do Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Os resultados da investigação apontam que, no âmbito do Serviço Social, o debate sobre o PNAES está pautado, principalmente, a partir da discussão entre seletividade x universalidade. O ponto em comum na produção do Serviço Social sobre assistência estudantil é a importância desta política na defesa do direito ao acesso e permanência na Educação Superior, tarefa complexa que exige luta e comprometimento, não só de assistentes sociais, tendo em vista a atual conjuntura marcada pelo retrocesso e mercantilização de direitos sociais.

Laura Barbosa Martins, por sua vez, em seu texto intitulado: *Panorama sobre o Processo Transexualizador no Brasil: políticas públicas e Serviço Social*, se propõe a discutir o tema das políticas públicas destinadas à população de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, e o papel do Serviço Social junto a essa população. Ressalta as profundas dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans e o caminho para conquista de políticas públicas no Brasil, em um período de meados dos anos 1980 até o ano de 2019. As políticas públicas que a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e demais identidades e orientações sexuais (LGBTQIA+) conseguiu alcançar ao longo destes anos é fruto da luta desse movimento social. O programa de saúde denominado Processo Transexualizador é parte dessas conquistas, no entanto, chega ao Sistema Único de Saúde (SUS) em um momento que se vivencia o desmonte da saúde pública. O Serviço Social envolve-se neste campo de atuação com o compromisso ético e o histórico de luta em defesa de minorias e da saúde pública e de acesso universal.

Ainda na análise da particularidade dos impactos das contrarreformas nas diversas políticas sociais, a investigação de Roberto Santos da Cunha sintetizada no sétimo capítulo intitulado: *O programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso no Rio de Janeiro*, traz importantes reflexões sobre como o processo de aumento da longevidade humana se configura como um fenômeno mundial sem precedentes, porém, o privilégio do envelhecimento é restrito a determinadas classes sociais, devido às condições de vida precarizadas e acesso desigual aos bens e serviços produzidos pela classe trabalhadora em sociedades fundamentalmente neoliberais. Assim, entre os achados de sua pesquisa, cujo foco é a análise do Programa de Atendimento Domiciliar no estado do Rio de Janeiro (PADI/RJ), o autor afirma que existe

uma escassez de serviços de saúde intermediários entre a alta hospitalar e a moradia, que deveriam ser estruturados conforme sinaliza a Política Nacional de Saúde da População Idosa (PNSPI). O pesquisador comprova também, a existência de transferência de funções e responsabilidades de cuidados para a família, além de custos e gastos, necessários para o provimento e a manutenção do cuidado domiciliar. Dito isso, o capítulo conclui que este programa apresenta uma natureza contraditória, pois, embora fomente a humanização e a desinstitucionalização hospitalar, ele também é instrumento da contrarreforma na saúde para a contenção de gastos e repasse de responsabilidades do Estado para as famílias, obstaculizando a materialização do Projeto de Reforma Sanitária.

As TICs e a reconfiguração do trabalho do/a assistente social: profissional do clique e subordinação à vontade alheia, capítulo de autoria de Alejandra Pastorini e Sandra Lúcia Gonçalves, se propõe a debater acerca do trabalho dos/as assistentes sociais que atuam no âmbito estatal, via políticas sociais. Para as autoras, este trabalho tem passado por profundas reconfigurações para atender às novas demandas e requisições institucionais. Isto vem provocando grandes mudanças nas rotinas e procedimentos dados principalmente pela utilização de novos instrumentos e tecnologias, entre outros. Estas reconfigurações, que de acordo com Pastorini e Gonçalves, devem ser pensadas no contexto das transformações societárias em curso desde a década de 1970, leva tendencialmente a uma desprofissionalização, uma transferência dos saberes além de intensificar a alienação, o que limita a liberdade e a autonomia profissional. Esta reflexão apresentada pelas autoras, permite afirmar que há uma tentativa por parte dos empregadores de transformar os/as assistentes sociais em profissionais do *clique* ou simplesmente em um apêndice das novas tecnologias.

O trabalho intitulado *Lugar de Negro: Revisitando e refletindo sobre a Renovação do Serviço Social no Brasil e os movimentos sociais negros*, de autoria de Dayana Christina Ramos de Souza Juliano e Deivi Ferreira da Silva Matos, faz um importante debate acerca das relações sócio raciais e as interfaces com o Serviço Social brasileiro demonstrando que este tema se mantém como uma pauta importante para compreender as relações sociais e a dinâmica de intervenção profissional no contexto do capitalismo periférico e dependente do país. O objetivo do texto é tecer reflexões acerca das determinações que constituíram o período geopolítico da ditadura empresarial militar, revisitando os chamados Fundamentos do Serviço Social, em especial o processo de renovação na perspectiva denominada de Intenção de Ruptura e as possíveis articulações com o movimento social negro. Os autores concluem que há uma intrínseca relação entre a perspectiva de intenção de ruptura e os movimentos negros. Esta relação, segundo Juliano e Matos, marca e fomenta interpretações que poderão contribuir para a superação da opressão, dominação e exploração de classe. Ressaltam, ainda, que a reflexão que empreendem neste texto, vai no sentido de decifrar as relações que aproximam o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a questão racial, pautada pelos movimentos negros.

Encerrando a coletânea e ainda tratando do tema racial, apresenta-se, no décimo capítulo, a produção de Thamires Costa Meirelles dos Santos e Patrícia Silveira de Farias sob o título: *Subsídios para a incorporação interseccional na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez*. Nesta pesquisa, as autoras afirmam que, no Brasil, a população negra sempre esteve submetida a uma invisibilidade, apagamento histórico e racismo sistêmico. Por outro lado, como estratégia de enfrentamento e combate à desigualdade, os Movimentos Negros e as contribuições teóricas dos intelectuais, principalmente no momento de revisão crítica da

historiografia sobre as questões de “raça” e “racismo” no cenário nacional, foram fundamentais para criar uma contra narrativa à *História Oficial*. Nessa direção, as pesquisadoras apresentam a trajetória pessoal e acadêmica de Lélia Gonzales e seu papel na construção de um pensamento crítico e interseccional sobre a realidade brasileira, o que a põe em um lugar comumente ocupado por homens brancos. Os resultados da pesquisa demonstram que Lélia Gonzalez foi uma “intelectual orgânica” em função da multiplicidade de lugares que ela ocupou e das interlocuções interdisciplinares com as quais pôde traçar um diagnóstico acerca da realidade brasileira e latino-americana.

Com esta breve apresentação pretendeu-se demonstrar a riqueza das reflexões empreendidas pelas autoras e autores em seus escritos. Espera-se ter fundamentado para as/os leitoras/es a importância deste debate. Desejamos uma excelente leitura e esperamos que o conjunto destas reflexões inspirem novas pesquisas e fortaleçam nossas lutas pela transformação radical da realidade, superando visões ingênuas, imediatistas e simplificadoras do real.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.

Fernanda Kilduff
Maristela Dal Moro
Laura Barbosa Martins
Priscila Gomes
(Comissão Organizadora).